ATA DA REUNIÃO PARA APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO EMITIDOS PELA EMPRESA CONTRATADA RAMBOLL QUE PRESTA SERVIÇO DE AUDITORIA DA FUNDAÇÃO RENOVA SOB A SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NA CÂMARA MUNICIPAL AOS DEZESSETE DIAS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE (17-12-2019).

Aos dezessete dias de dezembro, de dois mil e dezenove, terça feira, na Câmara Municipal de Mariana, às dezenove horas e vinte minutos, realizou-se a Reunião para apresentação de relatório da empresa Ramboll que presta serviço de auditoria da Fundação Renova sob supervisão do Ministério Público Federal na Camara Municipal. **Confirmaram presença**: os Senhores André Luiz Cintra Leal de Souza Roger Borges da Silva, Sergio Rossi e Alejandra Maria Devecchi, experts da empresa Ramboll. **Estiveram Presentes:** os vereadores Cristiano Silva Vilas Boas, Marcelo Monteiro Macedo, Antônio Marcos de Freitas, Juliano Vasconcelos. O Senhor Sergio Alvarenga, do Sindicato Metabase Mariana; a Senhora Ana Cristina Mol e Silva da ACIAM; o Senhor Igor Bráulio Gomes Rola, da prefeitura; o Senhor José Eustáquio da ACIAM; o Senhor Amarildo Souza da ACIAM; o Senhor Bernardo Campomizzi representante da OAB- Ordem dos Advogados do Brasil, O Senhor Roger Borges da Silva, a Senhora Alejandra Devecchi, O Senhor André Cintra, experts da empresa Ramboll e a Senhora Monique Rocha do escritório SPG. **ABERTURA:** a Presidente da Reunião Marcelo Monteiro Macedo em nome de Deus e do Povo Marianense deu início aos trabalhos, agradecendo a presença de todos. Solicitando aos representantes da Empresa Ramboll para fazerem a apresentação da Ramboll aos Marianenses. O Senhor José Cintra um dos representantes da empresa Ramboll, informou que a empresa atua para o Ministério Público Federal, informando estar presente na casa a convite da Câmara Municipal e da ACIAM- Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Mariana para apresentar o resultado de monitoramento dos Programas de trabalhos da Fundação Renova. Antes de agradecer a presença de todos informou que a Ramboll é uma empresa de consultoria Dinamarquesa, vindo de uma fundação pós-guerra na Europa para reconstrução do Norte da Europa para reconstrução do Norte da Europa após a 2ª Guerra Mundial. Informando que logo após o rompimento da Barragem de Fundão as entidades deram inicio a uma Ação Civil Pública que acabaram por firmar o TTAC – Termo de Transação e Ajustamento de Conduta. Esclarecendo que inicialmente o Ministério Público participava das discussões do TTAC em relação à necessidade das Ações de reparação dos danos do rompimento da barragem. Informando que a partir de determinado momento o Ministério Público discordou dos caminhos que o TTAC estava tomando e dos compromissos que estavam sendo firmados e se retirou das discussões por entender que o TTAC não era amplo o suficiente, não era abrangente o suficiente em relação à necessidade de reparação dos danos que vinham se demonstrando. Logo, o Ministério Público se retirou das discussões e as mesmas avançaram e acabaram por firmar o TTAC. Dizendo que o desastre ocorreu em novembro de dois mil e quinze e o TTAC foi firmado rapidamente em março de dois mil e dezesseis. Concluindo que no ano de dois mil e dezesseis o Ministério Público Federal em Conjunto com o Ministério Público de Minas abriu uma Nova Ação Civil Pública que ficou conhecida pelo seu valor

de cento e cinquenta e cinco bilhões. Sendo um valor que o Ministério Público determinou tendo por base em comparativo com outros desastres. O Senhor André Cintra disse, ainda, que a empresa Ramboll gera relatórios de Informes ao Ministério Público de como os programas da Fundação Renova estão sendo implementados e eventuais problemas que eles possam estar enfrentando. Esclarecendo que a empresa Ramboll foi nominada para algumas s Técnicas do Comitê interfederativo para representar o Ministério Público nessas reuniões. Com o objetivo a partir das Ações de Monitoramento e a partir dos estudos dos Programas da Fundação Renova e das Ações empenhadas pela Fundação, fazer propostas de melhoria e propostas de adequação na implementação dos programas e ajustes nos programas como um todo. O Senhor José Eustáquio representante da ACIAM disse da importância da iniciativa, passando a palavra para o Senhor Amarildo Souza. Por sua vez, o Senhor André Cintra informou que o relatório já consta publicado no site do Ministério Público Federal e que seria inclusive entregue uma cópia a Casa. O Presidente da Sessão, Marcelo Monteiro Macedo convidou os Representantes da OAB, o Senhor Doutor Bernardo Campomizzi e o representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mariana, o Senhor José Francisco de Carvalho para tomarem acento ao Plenário. O Senhor Bernardo informou da importância da reparação sócio econômico e ambiental em nosso município. Os vereadores Cristiano Silva Vilas Boas e Antônio Marcos solicitaram alguns esclarecimentos referentes à abrangência de estudos da Ramboll. O Senhor Sergio Alvarenga do Sindicato Metabase de Mariana informou do grande prejuízo sofrido pelos empregados das empresas mineradoras na Região, sendo complementado pelo senhor Doutor Bernardo Camponezzi. Sendo questionado pelo TAC- GOV–Termo de Ajustamento de Conduta Gorvernança. O Senhor Amarildo Souza informou que as Primeiras Câmaras Técnicas estariam sendo marcadas para o mês de janeiro de dois mil e vinte. O Vereador Juliano Gonçalves perguntou como se originou o TTAC, sendo informado pelo Senhor André Cintra que o TTAC iniciou-se com a Primeira Ação Civil Pública com o objetivo de gerar um pacto de ações mínimas para reparar o dano a grande questão que ele não seria amplo o suficiente para abranger todos os danos. Passando para a apresentação da Ramboll, foi inicialmente abordado sobre o **Estímulo à Contratação Local**, e as principais iniciativas e o monitoramento do Programa 20. Onde se verificou que a Fundação Renova afirma que esta atendendo as metas estabelecidas de contratação de mão de obra local. Contudo ela desconsidera o critério estabelecido pelo CIF- Comitê Interfederativo. Sendo possível afirmar que a Fundação Renova não atende aos critérios estabelecidos pelo CIF quanto a contratação e mão de obra em nível local, descumprindo a Deliberação CIF nº 55. O vereador Juliano Gonçalves realizou uma crítica dizendo que muitas das vezes a mão de obra local contratada é braçal, onde as contratações de cargos técnicos e científicos não são realizadas. O vereador Antônio Marcos de Freitas informou da grande dificuldade dos jovens de estarem enfrentando para o primeiro emprego e da dificuldade de dialogo com a Fundação Renova devido a grande mudança de lideranças na Renova. Um segundo ponto apresentado foi sobre o **Desenvolvimento e Competitividade de Fornecedores**, a empresa Ramboll informou que as ações em curso ainda são insuficientes para permitir uma melhor distribuição das oportunidades das empresas locais, devendo ser alavancado. O presidente da Sessão, Marcelo Monteiro Macedo

mostrou sua grande indignação em que o compliance e aplicado apenas para empresas de Mariana, exemplificando com pelo fato da Fundação Renova contratar a empresa Andrade Gutierrrez, que possui grande descrédito em território nacional. Um terceiro Ponto analisado foi sobre a **qualificação da mão de obra**. Onde a Fundação Renova vem ofertando cursos de capacitação de mão de obra em áreas relacionadas à sua atuação. Observou-se, porém a inexistência de mapeamento que verifique quais ou quantos profissionais capacitados por meio de cursos ofertados pela Fundação conseguiu de fato se colocar no mercado de trabalho. Continuando a apresentação, com a palavra a Senhora Alejandra Devecchi, informou sobre o **Reassentamento**. Disse das dificuldades apresentadas pelas áreas adquiridas pelo município. Aonde grandes problemas ambientais vieram à tona. Informando que grande parte das cláusulas a respeito do Reassentamento ainda não foi cumprida. Informando, ainda, que muitas famílias ao entorno dos Reassentamentos estão sofrendo com problemas de danos em suas casas, como rachaduras, principalmente no distrito de Monsenhor Horta. Sobre as **moradias temporárias** dos atingidos, verificou-se que os atingidos estão morando em áreas de risco ou com falta de habitabilidade. Informando que muitos dos atingidos saíram da região de risco e foram relocados para outros locais de risco. Outra questão informada foi a respeito da Supressão de lotes localizados ao longo de águas correntes em Bento Rodrigues- os chamados talvegues. Informando que a gleba adquirida era inadequada para o reassentamento, por puro desconhecimento da Fundação Renova. Foi informado, também, do **acompanhamento do processo de adesão das famílias ao reassentamento** onde quarenta e um por cento das famílias estariam insatisfeitas com o reassentamento Coletivo. Foi informado sobre o Acompanhamento do Reassentamento em Parcatu. Alarmando pela falta de planejamento. Informando que o custo para reassentamento de cada família está girando em torno de quatro milhões. Sobre o **Programa 14 de apoio a saúde física e mental dos atingidos**, informou que a Fundação Renova já foi notificada por não atender o mínimo do que se espera do programa. Informando que em Mariana a situação esta parcialmente resolvida devido a uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público. Foi informado sobre o **Monitoramento da qualidade da Água para consumo humano.** Informando que Mariana já apresentou violações nos padrões de potabilidade conforme norma do Ministério da Saúde e que ações estruturantes de acesso a água potável para a população atingida ainda não foram realizadas pela Fundação Renova. Foi informado, ainda, sobre os **Estudos Epidemiológicos e toxicológicos realizados,** onde apenas vinte por cento do estudo foi concluído. Informando de um atraso de cerca de cem dias para o cumprimento do cronograma. O Senhor Sérgio Alvarenga, do Sindicato Metabase informou dos casos de Depressão entre os Funcionários das empresas mineradoras. Foi esclarecido, também, sobre o monitoramento do **Programa 05 de Proteção Social e vulnerabilidade Social**. Informando que o desastre impactou significativamente a renda das famílias atingidas em especial aquelas em situação de vulnerabilidade social. Por final foi apresentado o site do Ministério Federal onde foi divulgado o relatório. Palavra Livre. **ENCERRAMENTO**: Não havendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada às vinte duas horas e quatorze minutos.